

Leone apontará "catastrofistas"

□ Equipe de Marcílio é "inocente útil" para indústria de boato, diz pesquisa

Helival Rios

Há uma indústria da catástrofe funcionando no Brasil. A constatação é do presidente Fernando Collor, que já solicitou ao secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leone Ramos, um levantamento de caráter investigativo, a fim de identificar quem está estimulando, propagando e ganhando com essa verdadeira "indústria" e com que propósito. Numa primeira abordagem do assunto, o ex-SNI (Serviço Nacional de Informações) identificou uma enorme malha de envolvidos que vai de especuladores profissionais, passando por economistas de consultorias e ex-integrantes do governo, até empresários e políticos bem-situados. O relatório ainda não está totalmente pronto, mas promete dar ao presidente Collor um quadro muito bem-detalhado da indústria da catástrofe.

Os dados abrangem, também, os catastrofistas inocentes, aqueles que embarcaram na "onda", divulgando o caos sem muita consciência de a quem estão servindo. Incluem-se neste grupo dos "inocentes úteis" ou "inocentes inúteis", como prefere chamar um interlocutor do presidente Collor, técnicos da equipe do ministro Marcílio Marques Moreira, da Economia, muitas vezes supondo que, criando uma imagem caótica para o País, estariam intimidando parlamentares e ajudando o governo a aprovar o Emendão mas sem perceber que, deste modo, estariam alimentando a indústria da catástrofe, cujo maior subproduto é o descontrole sobre a inflação e a capacidade de afugentar investidores nacionais e estrangeiros, tolhendo, deste modo, as possibilidades de retomada do crescimento econômico.

Podere

As primeiras considerações feitas na Secretaria de Assuntos Estratégicos, segundo assinalam interlocutores do presidente Collor ao **Jornal de Brasília**, a respeito da indústria da catástrofe, destacam que um dos seus objetivos básicos é o de ganhar com a especulação no mercado interno e ocupar, em segundo lugar, espaços políticos, forçando o presidente Collor a abrir mão de parcelas dos seus poderes, no afã de encontrar saídas para um caos inexistente.

Analistas encarregados do tema analisam para o presidente que não há como se sustentar, por muito tempo, o cenário de catástrofe num país que, depois dos Estados Unidos, detém o maior parque industrial das Américas, figurando como 10ª economia de todo o mundo e 8ª economia industrial. Esse parque industrial brasileiro está muito longe de ser um parque sucateado como o argentino e está muitos anos à frente do segundo colocado, o do México, tanto em variedade quanto em



Marcílio: inocentes úteis

produtividade e modernização tecnológica.

Termômetro

Os indicadores das contas nacionais, se analisados isoladamente, revelam que o Brasil está longe de ser um país caótico como alguns querem criar internamente. Basta ver que o déficit público situam-se, atualmente, em torno de 1,5% do PIB (Produto Interno Bruto), contra os 8% que já registrou antes do governo Collor; as reservas internacionais do País, que no auge da crise de liquidez chegou a praticamente zero e ficou muito tempo em níveis insignificantes de US\$ 1 a 1,5 bilhão, encontra-se hoje a níveis superiores, seguramente, a US\$ 8 bilhões, sendo certa a realização de um superávit comercial este ano de US\$ 10 bilhões, o que faz prever um futuro tranqüilo para as reservas.

Apesar da desaceleração da atividade econômica, a arrecadação do Tesouro Nacional tem se mostrado em bom nível, apresentando superávits de caixa, não se identificando, no conjunto da economia brasileira, nenhum componente preocupante de custos ou desarranjo estrutural capaz de provocar um profundo desajuste.

O comportamento das safras tem se mantido a níveis bem razoáveis, superando-se a marca dos 60 milhões de toneladas de grãos, e estão estáveis e relativamente baixos (6% a 3%) os níveis de desemprego enquanto a oferta de emprego recupera-se em relação ao ano passado.

Os sinais da nova política econômica do governo, fundamentados nos programas de competitividade e produtividade e de abertura da economia do País são francamente positivos, sem que se verifiquem anormalidades no comportamento das importações ou de natureza cambial.

Há, contudo, conhecidas difi-

culdades estruturais na economia, que vêm sendo corrigidas, destacando-se, aí, problemas nos transportes, na estrutura dos portos, e ineficiências acumuladas em alguns setores empresariais que fazem com que os custos de algumas matérias-primas importantes sejam mais caros no Brasil que nos países desenvolvidos, distinguindo-se, aí, borrachas sintética e natural, aços não-planos, máquinas e ferramentas. O País vive, ainda, inegavelmente, graves problemas de natureza social e de natureza histórica que terão de ser enfrentados urgentemente, além de uma inflação persistente, de natureza eminentemente especulativa.

Mas isso, entretanto, não confere ao País um cenário de ingovernabilidade e de catástrofe. Esses dois componentes, segundo o "ex-SNI", são de natureza eminentemente retóricas e propagandísticas que distoam profundamente da realidade brasileira, inconfundível para os analistas mais argutos.

Dinheiro novo

E a prova clara e insofismável de que o país real está longe de ser caótico ou catastrófico está na atração que ele exerce perante os fluxos de capitais estrangeiros de todo o mundo.

Para um país que não via **dinheiro novo** em moeda forte desde a crise de liquidez internacional de 1982, o Brasil vai muitíssimo bem e deve captar, este ano, no mínimo, US\$ 8 bilhões, notadamente através das bolsas de valores, de **bonds** internacionais lançados até agora com estrondoso sucesso pela Petrobrás, Cia. Vale do Rio Doce (CVRD) e Telebrás, conversão de dívida em capital de risco, **commercial papers**, financiamentos e investimentos diretos. De janeiro até o final de setembro, já haviam ingressado no País US\$ 6,7 bilhões. E, ao que se sabe, nenhum investidor estrangeiro é louco para jogar dinheiro num país caótico ou em negócios catastróficos.

A rigor, toda essa "onda" de catastrofismo tem uma motivação política de enfraquecer o governo e, até, para alguns, serve ainda de estratégia para apressar algumas reformas e até mesmo a privatização. Entretanto, segundo dizem interlocutores do presidente, o governo está atento, e não vai fazer nada a **toque de caixa**. Quer fazer reformas rápidas, mas sem abandonar os critérios e os cuidados que delas se exigem, argumento que vale para a privatização, que não será feita a preços vis, diante da angústia de superar uma catástrofe inexistente.

Uma vez concluído, o relatório da Secretaria de Assuntos Estratégicos deverá "dar nomes aos bois", apontando quem são os responsáveis diretos e indiretos pela implantação e proliferação da indústria da catástrofe no País.